

“Inside Job”, documentário imperdível

Luiz Gonzaga Belluzzo
Valor, 01.03.11

Há uma livre e brutal concorrência. A expressão grande demais para falir esconde mais do que revela

O sempre instigante *Eu& Fim de Semana* publicado nas edições de sexta-feira do **Valor**, ofereceu a seus leitores uma entrevista do economista Lawrence Summers. Summers, entre outras proezas, ficou conhecido por declarações polêmicas. Recomendou o incentivo à deslocalização de indústrias poluidoras para os países da periferia. Reitor de Harvard, Summers decretou a incapacidade da inteligência feminina em lidar com as complexidades das "hard sciences".

Observei Summers no café do pavilhão onde se realizava a reunião do Fórum Mundial Davos, em 1993. Entre um gole de café e outro, Summers iniciou um sermão aos circunstantes sobre políticas econômicas nos países em desenvolvimento. As lições de Summers sucederam uma tertúlia sobre a economia mexicana que, segundo os participantes da mesa, navegava de velas enfunadas rumo à prosperidade. Não faltaram reverências e salamaleques ao então presidente Salinas de Gortari e a seu ministro da Fazenda, Pedro Aspe.

Sentados na plateia, o professor Carlos Antonio Rocca e este locutor que vos fala, entre estarecidos e irritados, ouvíamos os julgamentos peremptórios que fluíam do debate entre os sabidos da academia e financistas mais sabidos ainda. As opiniões iam da celebração incondicional do modelo mexicano às referências derrisórias ao Brasil. Digo estarecidos porque, naquele momento, o México apresentava um déficit em transações correntes de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), déficit fiscal elevado e a dolarização galopante de sua dívida interna, infestada de Tesobonos.

Em dezembro de 1994, o México quebrou vítima de uma "parada súbita" e só sobreviveu com o socorro do Tesouro Americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), providência destinada a salvar os bancos de Tio Sam. Summers, então subsecretário do Tesouro de Clinton capitaneou a operação de salvamento.

Não havia como escapar da impressão de que Summers era encarnação mais acabada do personagem de Molière, o "idiot savant", cheio de si, como tantos outros que se abrigam sob o manto hoje prestigioso dos estudos da economia. (Evito a expressão ciência econômica para evitar que o ego já inflado dos sabichões sofra um processo fatal de inchaço e implosão).

Pois Summers é um dos personagens centrais do imperdível documentário "Inside Job" de Charles Ferguson que, na madrugada de ontem, levou o Oscar na sua categoria. O título do filme foi traduzido para o português como "Trabalhos Internos" - é lamentável a falta de imaginação do tradutor, que provavelmente não viu o filme. "Inside Job" é uma expressão idiomática. Um amigo, mais versado do que eu no idioma de Shakespeare, sugeriu "Trabalhos Promíscuos".

O documentário mostra que Summers faturou uma nota preta ao ministrar palestras remuneradas pelos senhores do Universo sobre as maravilhas da desregulamentação financeira. Entre suas idas e vindas ao governo, dedicava-se a assessorar instituições financeiras mediante farta remuneração. Não sei se ele está no rol de 19 economistas investigados no estudo do seu colega Gerald Epstein, da Universidade de Massachusetts Amherst.

O estudo trata do conflito de interesses entre a atividade acadêmica, a ocupação de funções no Estado e as atividades de consultoria, quando os personagens não advertem a opinião pública a respeito de suas ocupações e pertinências. Essa confusão de papéis está gerando um movimento entre os economistas americanos para a adoção de um código de ética.

Não se trata de limitar as atividades profissionais dos economistas, mas sim de tornar claro ao público que as opiniões podem estar viciadas e deformadas pela infiltração de interesses estranhos à independência acadêmica e à função pública.

Enquanto secretário do Tesouro de Clinton, Lawrence Summers trabalhou intensamente para a aprovação no Congresso dos Estados Unidos do Gramm-Leach-Bliley Act. Essa lei derrotou a legislação dos anos 1930, o Glass-Steagal Act, que separava os bancos de depósito, os bancos de investimento, seguradoras e instituições voltadas para o financiamento imobiliário e "fundeadas" na poupança das famílias.

Os mercados financeiros contemporâneos lograram capturar os controles da economia e do Estado, mediante o incrível aumento do seu poder social e político. As transformações ocorridas no sistema financeiro desataram a livre e brutal

concorrência no capitalismo da grande empresa e das grandes instituições financeiras.

A expressão grande demais para falir esconde mais do que revela. Nos últimos anos, a securitização e a alavancagem construíram uma teia de relações de débito e crédito entre as grandes instituições espalhadas pelo mundo. Os bancos de investimento e os demais bancos sombra aproximaram-se das funções monetárias dos bancos comerciais, abastecendo seus passivos nos "mercados atacadistas de dinheiro" ("wholesale money markets"), amparados nas aplicações de curto prazo de empresas e famílias. Não por acaso, a dívida intrafinanceira como proporção do PIB americano cresceu mais rapidamente do que o endividamento das famílias e das empresas. Esse fenômeno corresponde ao controle da riqueza social pelas instituições privadas, o que torna impossível a omissão dos bancos centrais quando um elo da cadeia se rompe.

O depoimento mais constrangedor, entre tantos de "Inside Job", é prestado pelo economista Frederick Mishkin. Ex-membro do Federal Reserve, Mishkin não consegue explicar porque às vésperas do colapso dos bancos da Islândia produziu um relatório que assegurava a estabilidade do sistema financeiro do país, mediante o estipêndio de US\$ 124 mil.

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, escreve mensalmente às terças-feiras.